



Poder Legislativo  
Assembleia do Estado do Amazonas  
**Gabinete Deputada Estadual Alessandra Campêlo**  
1ª Vice-Presidente Assembleia do Estado do Amazonas  
**Comissão de Assuntos Econômicos**



## PARECER

### **PROJETO DE LEI Nº 120/2019**

**PROPONENTE:** Deputada PROFESSORA THEREZINHA RUIZ

**RELATORA:** Deputada ALESSANDRA CAMPÊLO

Concede às doadoras de leite materno isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso público e vestibular no âmbito do Estado do Amazonas.

### **I. RELATÓRIO**

A Deputada Professora Therezinha Ruiz, no uso de suas atribuições parlamentares, apresentou o PROJETO DE LEI Nº. 120/2019, que concede às doadoras de leite materno isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso público e vestibular no âmbito do Estado do Amazonas.

O objetivo da referida iniciativa é estimular a doação de leite materno, diminuindo assim a mortalidade infantil de bebês recém-nascidos prematuros ou de baixo-peso, em virtude da escassez de doações aos estoques de bancos de leite, e assim, as isentas dos pagamentos de inscrição em concursos públicos e vestibular a essas doadoras.

O Projeto de Lei foi incluído em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 14, 19 e 20 de março de 2019, não tendo recebido emendas ou substitutivo.

Foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para parecer acerca da matéria, tendo decidido de forma FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

Logo após, foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, em 20 de agosto de 2019, chegando ao meu Gabinete para relatoria em 23 de agosto, para emissão de

**ALESSANDRA**  
DEPUTADA ESTADUAL *ela é de coragem*

Av. Mário Ypiranga Monteiro (antiga Recife), 3.950 - Parque 10 de Novembro  
2º andar, Sala 216 CEP 69.050-030 - Manaus/ AM  
Fone: (92) 3183-4375/ 3183-4625



Poder Legislativo  
Assembleia do Estado do Amazonas  
**Gabinete Deputada Estadual Alessandra Campêlo**  
1ª Vice-Presidente Assembleia do Estado do Amazonas  
**Comissão de Assuntos Econômicos**



Parecer acerca da matéria, nos termos do art. 26, inciso II<sup>1</sup>, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

É o Relatório.

Passo a opinar.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, é oportuno salientar que compete à Comissão de Assuntos Econômicos observar as despesas, receitas, orçamento e crédito do Estado do Amazonas, conforme observado o disposto no artigo 27, inciso II<sup>2</sup>, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas,

Nesse sentido, após verificar as questões abrangidas pelo Projeto ora analisado, entendo não haver qualquer óbice ao ingresso da presente propositura no ordenamento jurídico estadual.

O Projeto de Lei apresentado pela Nobre Deputada não incumbe despesas ao Governo do Estado, tampouco onera o serviço público já existente.

<sup>1</sup> "Art. 26. A competência das Comissões abrange de forma ampla assuntos correlatos às áreas temáticas listadas no art. 27 deste Regimento, compreendendo os seguintes procedimentos incidentes sobre as respectivas atribuições:

II - emissão de parecer, discutir e votar proposições;"

<sup>2</sup> "Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas:

II - Comissão de Assuntos Econômicos – CAE,

a) matérias financeiras, tributárias, orçamentárias, empréstimos públicos, dívida interna e externa;  
b) análise de compatibilidade e adequação de proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;  
c) tributação, arrecadação, fiscalização e administração fiscal;  
d) acompanhamento trimestral da execução orçamentária, analisando o perfil dos dispêndios e a observância dos percentuais legalmente estabelecidos para cada área da gestão pública;  
e) contas do Governador do Estado, dos Poderes e órgãos da Administração Pública estadual direta e indireta e de todos aqueles que gerenciem bens ou recursos públicos, notadamente quando houver indício de ilicitude;  
f) defesa dos direitos do contribuinte."



Poder Legislativo  
Assembleia do Estado do Amazonas  
**Gabinete Deputada Estadual Alessandra Campêlo**  
1ª Vice-Presidente Assembleia do Estado do Amazonas  
**Comissão de Assuntos Econômicos**



Portanto, ao que compete a esta Comissão apreciar, e em sintonia com o entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, concluo que o referido Projeto de Lei segue apto para prosseguimento, na forma regimental.

### III. VOTO

Em face do exposto, diante da relevância do tema, concluo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº. 120/2019.

**S.R. DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 27 de agosto de 2019.

**ALESSANDRA CAMPÊLO**

RELATORA

DEPUTADA ESTADUAL – MDB

1ª VICE-PRESIDENTE



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**CERTIDÃO DE VOTAÇÃO**

PROJETO DE LEI N. 120/2019

AUTOR (A): DEPUTADO (A) Therézinho Ruiz

A Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM RESOLVE, por [☒] unanimidade [ ] maioria de votos, resolve [☒] APROVAR [ ] REJEITAR o parecer apresentado pelo Relator, às fls. Retro, culminando no [☒] PROSSEGUIMENTO [ ] ARQUIVAMENTO da proposição em epígrafe.

Na hipótese de parecer rejeitado, fica desde já designador como novo relator, nos termos do art. 43, V do Regimento Interno da ALEAM, o (a) Deputado (a) \_\_\_\_\_

Manaus – AM, 17/09/2019

\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE  
DEPUTADO RICARDO NICOLAU – PSD

\_\_\_\_\_  
Deputado SAULLO VIANNA – PPS  
Vice-Presidente

\_\_\_\_\_  
Wilker Barreto - PHS  
Membro

\_\_\_\_\_  
Deputado Serafim Corrêa – PSB  
Membro

\_\_\_\_\_  
Belarmino Lins - PP  
Suplente

\_\_\_\_\_  
Deputada Alessandra Campêlo – MDB  
Membro

\_\_\_\_\_  
Felipe Souza - PATRIOTA  
Suplente

\_\_\_\_\_  
Roberto Cidade – PV  
Suplente